

COM CIÊNCIA PARA MUDAR O BRASIL!

- Plataforma eleitoral da ANPG –

A Associação Nacional de Pós-Graduandos através de sua rede apresenta neste momento importante da vida democrática do país sua plataforma eleitoral.

Temos a convicção de que para se construir um país soberano e com menos desigualdades sociais é preciso investir cada vez mais em educação, emprego, cultura, esporte e lazer para povo brasileiro, em especial para a juventude. Também sabemos da importância de termos nossa própria tecnologia para impulsionar o desenvolvimento nacional e ajudar a resolver nossos graves problemas sociais.

Hoje, inúmeras universidades e centros tecnológicos estão desenvolvendo projetos com tecnologia brasileira direcionada aos interesses da Nação e de seu povo.

Quem mais ganha investindo em Ciência e Tecnologia é o Brasil. Nossa economia torna-se mais dinâmica e competitiva com esses investimentos, gera empregos de alta qualificação e exporta produtos de mais alto valor agregado.

Por tudo isso a ANPG, entidade que acaba de completar 20 anos de existência, lança este documento, embasado no último congresso da entidade.

Projeto de Soberania Nacional

- Em defesa de uma política externa independente, que busque a paz e o multilateralismo, a redução de entraves aos países em desenvolvimento e a integração soberana e solidária da América do Sul e da América latina;
- Não à ALCA e aos tratados bilaterais de “livre comércio” que os EUA promovem na América latina; contra as bases militares estrangeiras na região;
- Fortalecimento de acordos e tratados econômicos-comerciais que sejam importantes para o desenvolvimento auto sustentável e que respeitem os aspectos ambientais e sócio-culturais do Brasil, como por exemplo o Mercosul e a comunidade sul-americana de Nações.
- Contra a intervenção militar externa em qualquer país;
- Apoio às manifestações populares; fortalecimento do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação como instrumentos de formação de consensos contra as políticas neoliberais;

Mais democracia no Brasil

- Contra a corrupção, pela ética e transparência na gestão pública;
- Por uma reforma política democrática que garanta ampla liberdade de organização e funcionamento institucional e parlamentar aos partidos políticos;

contra a antidemocrática cláusula de barreira; pelo financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais;

-Liberdade política aos movimentos sociais; contra o retorno da política de criminalização das lutas populares.

-Pela ampliação da utilização de mecanismos de democracia participativa que ampliem e aprofundem a democracia como plebiscitos, consultas e referendos.

-Democratizar os meios de comunicação, visando a pluralidade de opiniões e o respeito e difusão das opiniões da maioria excluída; pela integração da TV pública brasileira ao projeto da Telesul; fortalecimento das rádios e TVs comunitárias; concessão de linhas de financiamento a projetos de criação de novas TVs, rádios, jornais e revistas de grande circulação para os movimentos sociais populares;

-Consolidação do Conselho Nacional de juventude e ampliação da participação dos movimentos sociais ligados à juventude na sua constituição;

-Pela ampliação da utilização de software livre nas universidades; que as universidades federais ofereçam cursos gratuitos de introdução e treinamento ao software livre;

-Exigência de políticas definidas de inclusão digital e apoio incondicional a adoção de software livre em todas as instancias governamentais.

Pelo desenvolvimento

-Por mudanças na política econômica que promovam a transição para um novo projeto nacional de desenvolvimento; o foco deve ser o incentivo à produção e ao emprego; pela redução das altas taxas de juros, das metas de superávit primário e pelo descontingenciamento de recursos destinados às áreas sociais e à área de C&T;

-Política nacional de C&T como assunto de Estado e não apenas de Governo, com permanência e sólidos alicerces na sociedade; articulação da política de C&T com outras políticas setoriais – em particular a industrial – para fortalecer o desenvolvimento sócio-econômico e questionar a divisão internacional do trabalho e do conhecimento;

-Auditoria e redução das dívidas interna e externa;

- Por uma política nacional de desenvolvimento ambientalmente sustentável, que não proíba as pesquisas de nossos pesquisadores brasileiros na Amazônia, mas que preserve o meio ambiente e a biodiversidade, procurando regulamentar a pesquisa por órgãos e instituições estrangeiras.

- Contra a privatização das empresas estatais;

-Mais investimentos em infra-estrutura;

Ciência & Tecnologia para um Brasil soberano

-Investimento anual de no mínimo 2% do PIB em C&T até o final de 2010;

-Retomada imediata dos investimentos em infra-estrutura (instalações, laboratórios, etc); duplicação das verbas do Fundo Setorial de Infra-Estrutura, alcançando assim 40% de todos os Fundos Setoriais;

-Maior equilíbrio entre os programas de demanda induzida e os de demanda social ou espontânea;

- Tratamento dos recursos dos Fundos Setoriais em um quadro de racionalidade global, visando sua melhor utilização para o conjunto do sistema de C&T; pelo efetivo funcionamento do Conselho Nacional de Ciência & Tecnologia (CCT) e do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CD/FNDCT);

- Contra os cortes e contingenciamentos dos recursos dos Fundos Setoriais;

- Apoio às leis de incentivo fiscal e informação às empresas nacionais para promoção de pesquisa e desenvolvimento;

- Adoção de medidas de estímulo à capacidade institucional de absorção de recém doutores; ampliação do valor das bolsas e do número de beneficiados pelos programas de fixação de doutores PROFIX (Programa de Fixação de Recém-Doutores/CNPq) e PRODOC (Programa de Absorção Temporária de Doutores/CAPEs); convênio CAPES/CNPq para o aproveitamento, em programas de pesquisa nas universidades, dos jovens doutores não-aprovados nos últimos editais PROFIX e PRODOC por falta de vagas;

- Implementação de uma política de contratação de mestres e doutores pelas empresas nacionais;

- Aplicação pelo governo de no mínimo 60% de todos os recursos do FNDCT em bolsas, fomento à pesquisa e investimentos em infra-estrutura; destinação de percentual desses recursos ao CNPq e à CAPES; lançamento de editais específicos dos Fundos para a formação de RH's, projetos interdisciplinares (não-setoriais) e apoio a grupos emergentes;

- Criação de bolsas-extensão para estimular um treinamento profissional comprometido com a mudança social;

- Contra o sucateamento e o desmonte dos institutos de pesquisa; criação de novos institutos de pesquisa na Amazônia e nas regiões Nordeste e Centro-Oeste;
- Por uma ampla política de recuperação e apoio aos museus e centros de ciências;
- Ampliação e diversificação dos mecanismos para a atração e fixação de jovens doutores, em particular nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com uma política de equiparação das atividades de ensino e pesquisa das Universidades Federais nestas regiões; reformulação do PROFIX com aumento das cotas para essas regiões;
- Ampliação do acesso aberto à literatura científica, através da disponibilização, por meios digitais, da literatura científica derivada de pesquisas financiadas, direta ou indiretamente, com recursos públicos;
- Criação de um programa de apoio à formação de recursos humanos em nível de pós-doutoramento;
- Política permanente de valorização e ampliação do sistema de formação de recursos humanos, com a reposição gradual da defasagem do valor e do número de bolsas;
- Aumento do número de bolsas de formação no exterior; mais programas de cooperação internacional, com destaque para as nações emergentes;
- Na CAPES, pagamento de bolsas diretamente na conta bancária do bolsista, gerando-se igualmente, ao bolsista, a total isenção de tarifas e taxas bancárias e tributos financeiros;
- Pela garantia de matrícula dos estudantes inadimplentes;
- Implementação efetiva das diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG);
- Implementação, também na CAPES, da licença-maternidade para pós-graduandas;
- Pela aprovação do PL que regulamenta a entrada do capital estrangeiro na educação nacional.

Educação para um Brasil Soberano

- Por uma formação de nível superior generalista e plural, crítica e cidadã; contra a visão tecnicista;

- Defesa do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Derrubada dos vetos de FHC ao PNE que estabelece o investimento de 7% do PIB em educação;
- Ampliação do financiamento público na educação; pela aprovação do Fundeb e ampliação das verbas para as universidades;
- Pela aprovação do Projeto de Reforma Universitária, respeitando o processo de debate e modificação do texto enviado pelo governo ao Congresso, com intuito de reforçar o caráter público da educação com ampliação das vagas e do investimento no sistema público de ensino e regulamentação do sistema privado;
- Pela aprovação do PL de Mensalidades da UNE que protege o estudante inadimplente e coíbe o aumento indiscriminado das mensalidades nas instituições particulares de ensino;
- Combate à evasão escolar com a implementação de um programa efetivo de assistência estudantil com rubrica específica do orçamento da união e aplicado à estudantes de instituições públicas e privadas;
- Contra a precarização da docência a partir da contratação indiscriminada de professores substitutos; pela abertura de concursos para servidores e docentes para as Universidades Federais em Regime Jurídico Único e com Dedicção Exclusiva;
- Pela implementação e efetivação de uma política que obrigue as administrações públicas (federal, estadual e municipal) a ceder licença aos seus funcionários que estejam realizando mestrado ou doutorado;
- Valorização e ampliação do Portal de Periódicos da Capes e disponibilização para consulta extra-campus;
- Defesa do Passe estudantil (1/2 passe ou passe livre, a depender da realidade de cada local) no transporte público municipal, intermunicipal, interestadual para estudantes de todos os níveis, inclusive da pós-graduação;
- Pela regulamentação dos estágios; contra a utilização dos estágios como forma de precarização do trabalho juvenil;
- Pela garantia do financiamento público do tempo livre para a juventude: cultura, esporte, lazer, etc;

Residência Médica:

- Reajuste e valorização permanente da Bolsa e cumprimento da lei que estabelece moradia ou auxílio-moradia para todos os residentes;
- Cumprimento da lei que estabelece carga horária máxima de 60 horas semanais, sempre sob supervisão, além do máximo de 24 horas consecutivas, com folga pós-plantão;
- Reestruturação da Comissão Nacional de Residência médica profissionalização das Comissões Estaduais e das COREMEs e maior representação dos residentes em todos os níveis;
- Aumento do financiamento da Residência Médica (prevendo aumento da bolsa, salário-preceptor e apoio às instituições, além do aumento de vagas para especialidades que haja necessidade).